

**Uma Análise da Produção e Distribuição de Riqueza de Companhias de Capital Aberto do Setor de Telecomunicações no Brasil**

*An Analysis of Wealth Production and Distribution of Publicly Trade Companies of the Telecommunications Sector in Brazil*

Camila Moraes de Ataides<sup>1</sup>

Leonardo de Rezende Costa Nagib<sup>2</sup>

Laura Brandão Costa<sup>3</sup>

**RESUMO**

O objetivo deste estudo consiste em analisar a produção e a distribuição de riqueza de companhias de capital aberto do setor de telecomunicações do Brasil. Para isso, foram analisadas as Demonstrações de Valor Adicionado de empresas do setor de telecomunicações de capital aberto da B3, referente os anos de 2015 a 2017, a partir de indicadores sugeridos por Martins et al. (2013), para identificar o Grau de Produção de Riqueza Própria (GPRP) e o Grau de Riqueza Recebida por Transferência (GRRT). Em seguida, foram analisadas as distribuições dessas riquezas para os stakeholders das empresas estudadas. Os resultados mostraram que, durante o período estudado, a empresa Algar Telecom S.A. apresentou o maior índice de GPRP, em seguida a Telefônica Brasil e a Tim Participações S.A.. Já o GRRT destas empresas apresentou comportamento inverso. Evidenciou-se também que a empresa Algar Telecom S.A. possuiu altos índices de distribuição de riqueza destinados a seus empregados, em comparação com as outras empresas de telecomunicações. Além disso, percebeu-se que, dentre todas as companhias estudadas, a maior proporção de riqueza foi destinada ao Governo em forma de impostos, taxas e contribuições. Pôde ser visto a importância deste setor como fonte de arrecadação do Governo. As Instituições Financeiras, os Acionistas e os Lucros do exercício tiveram os menores percentuais de destinação dos valores adicionados, apesar de que, as Instituições Financeiras ainda estão presentes neste mercado.

**Palavras-chave:** Demonstração de Valor Adicionado, Telecomunicações, Indicadores.

**ABSTRACT**

The objective of this study is to analyze the wealth production and distribution of publicly trade companies of telecommunications sector in Brazil. For this, it was analyzed the Added Value Statement of companies of telecommunications sector listed in B3, from 2015 to 2017, based on Martins et al (2013) suggested indicators, to identify the Degree of Own Wealth Production (DOWP) and Degree of Wealth Received by Transfer (DWRT). Then, it was analyzed the wealth distributions for stakeholders of the companies studied. The results showed that, during the studied period, the Algar Telecom S.A. presented the main DOWP

---

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências Contábeis – Faculdade de Ciências Contábeis (FACIC) - Universidade Federal de Uberlândia – Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco F, Santa Mônica, Uberlândia-MG - moraescamila16@gmail.com.

<sup>2</sup> Professor no curso de graduação em Ciências Contábeis da Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC Uberlândia). Mestrando em Ciências Contábeis - Faculdade de Ciências Contábeis (FACIC) - Universidade Federal de Uberlândia – Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco F, Santa Mônica, Uberlândia-MG – leonardonagib@gmail.com.

<sup>3</sup> Mestranda em Ciências Contábeis – Faculdade de Ciências Contábeis (FACIC) - Universidade Federal de Uberlândia – Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco F, Santa Mônica, Uberlândia-MG - laurab\_costa@hotmail.com.

indicator, then Telefônica Brasil S.A. and Tim Participações S.A.. The DWRT of these companies presented the inverse. It was evidenced that Algar Telecom S.A. had the highest indexes of wealth distribution to their employees, comparing to others companies studied. Besides that, it was realized that, among all the companies studied, the largest wealth distribution went to the Government in tributes. It could be seen the importance of this sector as a source of government revenue. The Financial Institutions, shareholders and the profits had the lowest percentage of amounts added allocation, although Financial Institutions are still present in this market.

**Keywords:** Added Value Statement, Telecommunications, Indicators

## 1 INTRODUÇÃO

As empresas atuam como fonte de geração de riqueza e são responsáveis pelo crescimento e desenvolvimento do país, pois impulsionam a globalização através da execução de suas atividades em um mercado competitivo. Considerando que essas organizações englobam inúmeras variáveis que influenciam suas atividades, devem fornecer diversas informações para que seus usuários interessados tenham capacidade de uma tomada de decisão. Nesse sentido, a Contabilidade percorreu por diversas mudanças para que houvesse um desenvolvimento de instrumentos e relatórios, visto que tem um importante papel de evidenciar o patrimônio das organizações (PICCOLI; DUARTE; LEDER, 2018).

A Contabilidade reporta demonstrações contábeis elaboradas a partir de dados dos efeitos dos eventos que modificam os recursos de uma organização. Assim, quando divulgadas de forma tempestiva e fidedigna, auxiliam os usuários interessados a tomarem decisões com um grau de confiança maior (CPC 00, 2011).

Considerando a crescente preocupação da sociedade com o meio ambiente através do desenvolvimento sustentável e responsável dos recursos que ela utiliza para executar suas atividades, a Contabilidade pode contribuir com a conscientização de seus usuários por meio de informações fornecidas sobre o gerenciamento do impacto de sua atuação perante a sociedade (CALIXTO, 2005).

Nesse sentido, Piccoli, Duarte e Leder (2018) apontam que além de divulgar informações financeiras, tem-se também a necessidade das empresas evidenciarem os aspectos socioeconômicos e seu relacionamento na sociedade através do Balanço Social. Além disso, Calixto (2005) destaca que esse relatório aponta a relação da empresa com o meio ambiente e com a sociedade em que está inserida.

Desse modo, as demonstrações financeiras vêm agregando além dos aspectos financeiros e econômicos, aqueles derivados da relação empresa e sociedade (FOLLMANM; PAIVA; SOARES, 2011). Segundo os autores, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) apresenta essa associação destacando a forma que a riqueza de uma organização é gerada e para quem é distribuída. Martins et al. (2013) definem que o objetivo da DVA é evidenciar a riqueza econômica gerada pelas atividades de uma empresa em um determinado período, como consequência de um esforço e a forma como foram distribuídos os elementos que contribuíram para a criação de valor.

Constituídas na forma de sociedade anônima, empresas do setor de telecomunicação são sujeitas à legislação contábil e societária. Assim, além de cumprir tais exigências, ainda são submetidas às normas da Agência Nacional de Telecomunicações (COSTA, 2009). Observando que este segmento vem apresentando importantes avanços tecnológicos acerca de exploração de serviços e serem reguladas e fiscalizadas por um órgão, as empresas de telecomunicações também estão sob os olhares de investidores, acionistas e outros usuários

interessados em suas informações que auxiliam no processo decisório (SOUZA; ÁVILA, TAVARES, 2017).

Diante do exposto, o problema a ser pesquisado no presente trabalho consiste em: Qual o comportamento de produção e distribuição de riquezas das companhias de capital aberto do setor de telecomunicações durante os anos de 2015 a 2017?

Assim, considerando o papel da Contabilidade e a necessidade de compreender a relação das empresas com a sociedade e meio ambiente em que estão inseridas, o objetivo desta pesquisa é analisar a produção e a distribuição de riqueza de companhias de capital aberto do setor de telecomunicações. A pesquisa se justifica na importância que a DVA tem se apresentado como uma ferramenta relevante de informação, já que permite uma análise do desempenho econômico e da geração e distribuição de sua riqueza (PICCOLI; DUARTE; LEDER, 2018) e, além disso, o setor de telecomunicações apresentou, em pesquisas, como sendo o setor com maior nível de faturamento, ao ser comparado com outros. A contribuição dessa pesquisa apresenta-se pelo fato de trazer uma melhor análise das Demonstrações de Valores Adicionados das companhias, visto a representatividade do setor no PIB brasileiro, identificando a distribuição de riqueza destas durante o período estudado.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 O SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL**

A partir da abertura de mercado, o setor de telecomunicações deixou de ser um monopólio estatal e, conseqüentemente, diversas empresas surgiram nesse segmento. Essas empresas são fortemente reguladas pela Anatel, na qual atua com o intuito de garantir os direitos dos clientes, o equilíbrio do seu desenvolvimento e a fiscalização na apuração de tributos relacionados ao setor (LOPES et al., 2014).

Através da Lei 9.472/97, a Anatel passou a ser a primeira agência reguladora a ser instalada no Brasil, sendo uma entidade da Administração Pública Federal indireta. É responsável então pela organização de serviços de telecomunicações, adotando medidas de interesse público, a fim de desenvolver, regular e fiscalizar o setor, aplicando em todo o país, infraestrutura eficiente capaz de oferecer à população serviços adequados e diversificados (ANATEL, 2015).

Conforme Monteiro e Oliveira (2009), a privatização do setor significou a ruptura do padrão de gestão pública que era observado no Brasil. Pouco mais de uma década após a privatização da telefonia, os avanços tecnológicos vêm alterando o modelo de comercialização dos serviços de telecomunicações, dando ênfase na transmissão de dados e flexibilização de conteúdo. O acesso a conexões de internet também vem crescendo de modo considerável no país. Moreira e Vieira (2015) apontam que o setor de telecomunicações é caracterizado por empresas altamente competitivas, já que visam conquistar o maior número de clientes, que procuram por uma maior qualidade e boa relação entre custo e benefício.

Além de cumprir as exigências da Anatel, as grandes empresas de telecomunicações estão constituídas na forma de Sociedade Anônima e, portanto, sujeitas a uma severa legislação contábil e societária. Como características marcantes dessas empresas, podem ser apontadas a alavancagem financeira e a crescente revolução tecnológica (COSTA, 2009).

Branquinho, Castro e Sadenberg (2002) enfatizam o aumento da demanda por aparelhos celulares, visto que estes se tornam mais baratos após a diminuição dos custos de produção. Em contribuição, Monteiro e Oliveira (2009) afirmam que as tendências remetem a um cenário de desejo de consolidação do mercado em âmbito nacional e internacional, angariando processos de fusões e aquisições. Ainda conforme os autores, neste setor a

atualização técnica é muito rápida e as inovações tecnológicas criaram um ambiente muito diferente do imaginado.

Segundo Rocha, Zuza e Oliveira (2015) apontam que a abertura do mercado brasileiro no setor de telecomunicações movimentou a economia do país, porém necessita de investimento considerável em tecnologia, melhoramento constante de produtos, novos produtos e formas de atendimento à clientes.

Vargas et al. (2016) analisaram relatórios de sustentabilidade, anuais e de responsabilidade corporativa também de empresas deste setor com o objetivo de identificar se estas divulgam indicadores não-financeiros e avaliação de desempenho quanto à qualidade, pessoas e as perspectivas ambiental, cliente, mercado, produto, serviço e social. Os autores apontaram que há grande predominância na divulgação de informações sociais e ambientais, enfatizando que quanto aos recursos humanos, há grande número de pessoas nos setores de vendas ou técnicas. Além disso, evidenciaram que serviços e satisfação dos clientes são sempre divulgados pelas empresas, pois precisam cumprir requisitos regulatórios.

As atividades realizadas pelo setor de telecomunicações tiveram o maior faturamento em relação aos demais segmentos, atuando com um conjunto diversificado de serviços e produtos, aumentando o valor adicionado. Assim, se torna um setor representativo e importante no mercado nacional (IBGE, 2009).

## 2.2 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)

A elaboração e divulgação da DVA tornou-se obrigatória para as companhias abertas após a promulgação da Lei nº 11.638/07, em 2008. Essa demonstração tem suas raízes nos movimentos europeus, nos quais impulsionaram a responsabilidade social no final do século XX (MARTINS et al., 2014).

Conforme o Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, o valor adicionado é conceituado como sendo:

[...] a riqueza criada pela empresa, de forma geral medida pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros. Inclui também o valor adicionado recebido em transferência, ou seja, produzidos por terceiros e transferidos à entidade.

Portanto, a DVA tem por objetivo demonstrar o valor da riqueza econômica gerada pela empresa resultante de um esforço coletivo e sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a criação de tal riqueza (MARTINS et al., 2013). Morch et al. (2008) evidenciaram que tal demonstração permite a visualização da realidade das empresas sob os enfoques econômico e social, relativos ao valor gerado e a riqueza distribuída, respectivamente.

Evraert & Belkaoui (1998) afirmaram que, com base nessa demonstração, qualquer interessado poderá conhecer a riqueza gerada por uma companhia, bem como sua distribuição entre todos os participantes da criação desta, em contrapartida ao que faz a Demonstração de Resultados do Exercício (DRE), que somente informa a riqueza criada sob a ótica da empresa.

Não obstante disso, segundo Neves e Viceconti (2002), a DVA surgiu tendo em vista que a DRE demonstra apenas qual a parcela da riqueza criada que permanece na empresa em forma de lucro, não identificando as demais riquezas produzidas. As demais demonstrações financeiras também não são capazes de identificar o quanto de valor a organização está adicionando às mercadorias e insumos, nem o quanto são distribuídos de valores agregados.

O CPC 09 definiu o modelo e as orientações para a apresentação da DVA, conforme o Quadro 1. As informações necessárias para sua elaboração são extraídas da Contabilidade, ou seja, deverá seguir o regime de competência (MARTINS et al., 2013).

**Quadro 1 - Demonstração do valor adicionado**

<b>DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	
<b>Descrição</b>	<b>R\$ Mil</b>
1 - RECEITA	
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	
1.2) Outras receitas	
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios	
1.4) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - Reversão/(Constituição)	
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	
(inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS E COFINS)	
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	
2.3) Perda/Recuperação de valores ativos	
2.4) Outras (especificar)	
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	
4 - DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3 - 4)	
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	
6.2) Receitas financeiras	
6.3) Outras	
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)	
8.1) Pessoal	
8.1.1 - Remuneração Direta	
8.1.2 - Benefícios	
8.1.3 - FGTS	
8.2) Impostos, taxas e contribuições	
8.2.1 - Federais	
8.2.2 - Estaduais	
8.2.3 - Municipais	
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	
8.3.1 - Juros	
8.3.2 - Aluguéis	
8.3.3 - Outras	
8.4) Remuneração de capitais próprios	
8.4.1 - Juros sobre o capital próprio	
8.4.2 - Dividendos	
8.4.3 - Lucros retidos/Prejuízo do exercício	
8.4.4 - Participação dos não controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)	

Fonte: elaborado pelos autores com base em Martins et al. (2013).

Conforme Martins et al. (2013), o primeiro item apresentado na DVA são as Receitas. Elas se referem a vendas de mercadorias, produtos e serviços, antes da dedução dos valores de ICMS, IPI, PIS e COFINS, ou seja, corresponde ao faturamento bruto. Além disso, neste item apresenta-se os valores oriundos, principalmente, de baixas por alienação de ativos não circulantes, receitas relativas à construção de ativos para uso próprio e as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

O segundo item se refere aos Insumos Adquiridos por Terceiros e é composto pelo custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos, os materiais, energia, os serviços de terceiros e as perdas/recuperação de valores ativo, conforme dita o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. O terceiro item (valor adicionado bruto) representa a diferença entre o primeiro e o segundo item. O quarto item é composto pela depreciação, amortização e exaustão contabilizadas no período. O quinto item, por sua vez, representa o valor adicionado líquido produzido pela entidade, que é encontrado pela diferença dos itens três e quatro.

O valor adicionado recebido em transferência refere-se ao sexto item, no qual é representado pela soma do resultado da equivalência patrimonial, das receitas financeiras, receita de aluguéis e de amortização e ágios. Esse item, ao ser somado ao valor adicionado líquido produzido pela entidade resulta-se no valor adicionado total a distribuir (sétimo item). A distribuição desse valor é demonstrada no oitavo item.

Portanto, conforme Martins et al. (2013), a primeira parte da DVA destina-se a demonstrar como foi gerada a riqueza pela empresa:

**Receita – insumos adquiridos de terceiros – depreciação, amortização e exaustão  
+ valor adicionado recebido em transferência**

Já a segunda parte, de acordo com Machado et al. (2015), tem por fim apresentar como o valor adicionado é distribuído entre os agentes que contribuíram para a sua geração: funcionários, governo, financiadores e detentores de capital.

Com o objetivo de analisar a distribuição do valor adicionado por empresas de diversos setores da BM&F Bovespa em 2008 e 2009, Follmann, Paiva e Soares (2011) verificaram que grande parte do valor adicionado teve maior destaque para Impostos, Taxas e Contribuições, sendo que o setor de telecomunicações foi o que representou em maior parte. Os setores de Construção e Transporte de Petróleo, Financeiro e Outros, e Gás e Biocombustíveis tiveram maior parte em Remunerações de Capital Próprio, indicando que os valores eram reinvestidos nas próprias empresas.

Piccoli, Duarte e Leder (2018) destacam que com a DVA é possível verificar o quadro de uma empresa permitindo que se tenha um direcionamento acerca da sua situação acerca da visão perante à sociedade através da confrontação dos itens patrimoniais.

Souza, Ávila e Tavares (2018) destacam que mesmo que as empresas divulguem os demonstrativos determinados pela legislação, ainda são deficientes quanto ao detalhamento das informações evidenciadas. As notas explicativas, por exemplo, não esclarecem totalmente os tributos incidentes sobre a execução de suas atividades, segmentando então informações tributárias. Diante disso, a DVA é relevante, pois evidencia tributos e contribuições de responsabilidade da sociedade, no entanto, não apresenta contas analíticas para efeitos de comparação.

### 2.3 INDICADORES DE ANÁLISE DE DESEMPENHO A PARTIR DA DVA

Cosenza (2003) afirma que a DVA é um importante relatório em meio aos outros demonstrativos contábeis, pois permite que se evidencie a riqueza gerada da empresa, destacando seu papel social perante a comunidade em que está inserida, colaborando para sua criação de valor. Assim, o autor afirma que apesar de que se possa tomar decisões incorretas devido à observação da maximização do valor adicionado em lugar dos lucros, apresenta como ponto positivo, a contribuição econômica da empresa para seu ambiente econômico.

Piccoli, Duarte e Leder (2018) apontam que empresas de vários setores, de maneira geral, não se preocupam em divulgar informações da DVA, já que não a veem como ferramenta que auxilia na gestão, mesmo que através de informações qualitativas como as

notas explicativas e quantitativas, por meio de indicadores da DVA, se identifique uma eficiência da gestão empresarial que resulta em análises econômicas e financeiras, apontando o quanto a empresa gerou e distribuiu de riqueza.

Em soma, Nunes, Ferreira e Araújo (2016) estudaram empresas negociadas em bolsa com o objetivo de analisar como são distribuídas as riquezas geradas por elas, nos anos de 2014 e 2015 em diversos setores. Os autores verificaram que em 2014 foi destinado em maior parte das riqueza para Pessoal e em 2015 para Remuneração de Capital de Terceiros, destacando que o setor de telecomunicações foi o setor que mais gerou riqueza nestes anos, ficando atrás somente de Energia.

A pesquisa de Souza, Ávila e Tavares (2017) objetivou analisar o grau de evidenciação da carga tributária por empresas nacionais de telecomunicações e sua relação com indicadores econômicos/financeiros. Eles verificaram que há pouca evidenciação dessas informações nos relatórios financeiros e que a DVA apresenta em maior parte, mais detalhes quanto à tributação.

Uma empresa é considerada um dos principais agentes econômicos do Brasil, visto que estudar o conceito de valor adicionado dessas entidades como fonte de informação acerca da geração e distribuição de sua renda, se faz necessário também para aplicação em pesquisas de caráter macroeconômicos, como calcular Renda Nacional e Produto Interno Bruto, por exemplo.

Com uma proposta de apresentar a distribuição da riqueza gerada pelas empresas, foram sugeridos alguns indicadores criados a partir do modelo da Demonstração do Valor Adicionado criado pelo Manual de Contabilidade Societária – FIPECAFI (MARTINS et al., 2013), conforme o Quadro 2.

**Quadro 2: Indicadores para análise da DVA**

<b>Indicador</b>	<b>Fórmula</b>	<b>Conceito</b>
Grau de Produção de Riqueza Própria	$GPRP = \frac{VALP}{VATD} \times 100$	Medir o quanto o Valor Adicionado Total a Distribuir é proveniente da produção da empresa.
Grau de Recebimento de Riqueza por Transferência	$GRRT = \frac{VART}{VATD} \times 100$	Medir o quanto o Valor Adicionado Total a Distribuir é proveniente de recebimento terceiros.
Percentual de Distribuição do Valor Adicionado aos Empregados.	$PDVAE = \frac{DVAE}{VATD} \times 100$	Medir o percentual do Valor Adicionado Total a Distribuir que foi destinado aos empregados.
Percentual de Distribuição do Valor Adicionado ao Governo.	$PDVAG = \frac{DVAG}{VATD} \times 100$	Medir o percentual do Valor Adicionado Total a Distribuir que foi destinado ao Governo.
Percentual de Distribuição do Valor Adicionado as Instituições Financeiras	$PDVAIF = \frac{DVAIF}{VATD} \times 100$	Medir o percentual do Valor Adicionado Total a Distribuir que foi destinado as Instituições Financeiras.
Percentual de Distribuição do Valor Adicionado aos Acionistas.	$PDVAA = \frac{DVAA}{VATD} \times 100$	Medir o percentual do Valor Adicionado Total a Distribuir que foi destinado aos Acionistas.
Percentual de Retenção do Valor Adicionado.	$PRVA = \frac{LR}{VATD} \times 100$	Medir o percentual do Valor Adicionado Total a Distribuir que foi retido pela empresa em forma de lucro.

Fonte: elaborado pelos autores com base em Martins et al. (2013).

### 3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, pois irá apontar as características de determinada população através de técnicas padronizadas de coleta de dados (GIL, 2002). Desta maneira, esta pesquisa será desenvolvida de forma que se tenha um “melhor entendimento do comportamento de diversos fatores e elementos que influem sobre determinado fenômeno” (RICHARDSON et al., 2014, p. 71), classificada então com abordagem quantitativa.

Quanto aos procedimentos, esta pesquisa é definida como documental visto que foram utilizadas para análises as Demonstrações de Valores Adicionados publicadas nas demonstrações contábeis divulgadas pelas empresas de capital aberto do setor de telecomunicações selecionadas para composição da amostra.

A população desta pesquisa é composta por empresas de capital aberto listadas na B3, totalizando em cinco companhias. No entanto, para este estudo, foram consideradas somente a Algar Telecom S.A., Telefônica Brasil S.A. e Tim Participações S.A., excluindo então aquelas empresas que tiveram prejuízos acumulados em, pelo menos, um período analisado, sendo elas a Oi S.A. e a Telec Brasileiras S.A. Telebrás. A definição do setor justifica-se aos resultados de pesquisas definindo sua relevância ao mercado tem termos de geração de riqueza e contribuição ao PIB brasileiro.

Nesse sentido, a pesquisa irá apontar e comparar como foram gerados e distribuídos os valores adicionados pelas empresas analisadas de forma que seja possível observar semelhanças ou diferenças entre as companhias do setor e também um diagnóstico crítico e detalhado dos dados da DVA de cada uma.

### 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

As informações contidas nas Demonstrações de Valores Adicionados nas empresas estudadas foram analisadas para identificar as riquezas geradas durante o período de 2015 a 2017 e de como elas foram distribuídas entre seus *stakeholders*, conforme exposto na Tabela 1.

**Tabela 1 - Indicadores de grau de produção de riqueza própria e grau de riqueza recebida por transferência de empresas de telecomunicações, em percentuais**

Indicadores	2017			2016			2015		
	Algar Telecom S.A.	Telefônica Brasil S.A.	Tim Participações S.A.	Algar Telecom S.A.	Telefônica Brasil S.A.	Tim Participações S.A.	Algar Telecom S.A.	Telefônica Brasil S.A.	Tim Participações S.A.
<b>GPRP</b>	97,80	94,66	91,22	97,31	91,42	80,50	97,63	84,82	85,93
<b>GRRT</b>	2,20	5,34	8,78	2,69	8,58	19,50	2,37	15,18	14,07
<b>Total</b>	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: elaborado pelos autores.

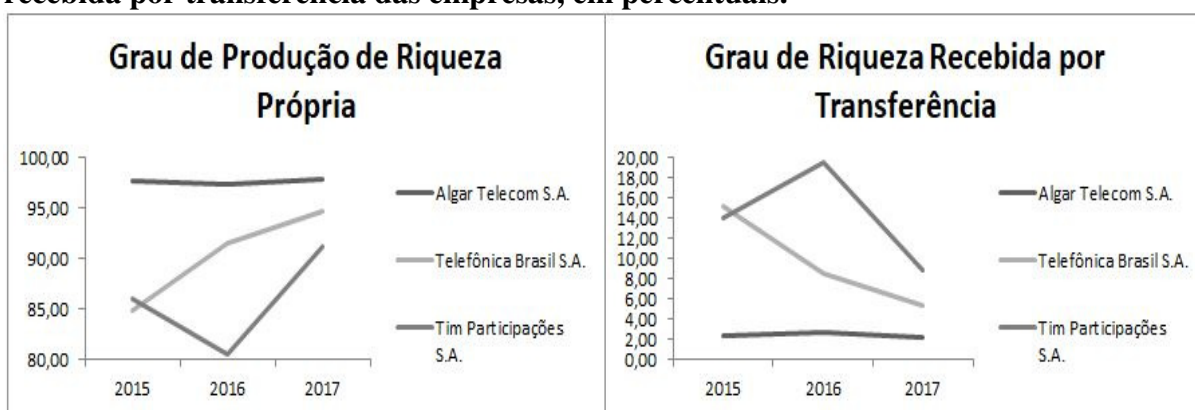
No que diz respeito ao Grau de Produção de Riqueza Própria (GPRP), no qual indica o percentual de riqueza produzida, a Algar Telecom S.A. foi a empresa que apresentou mais estabilidade em seu índice, tendo um percentual de variação de, em média, 0,088% entre 2015 a 2017. Seu maior GPRP ocorreu no ano de 2017 e, em média, a Algar Telecom S.A. apresentou um GPRP de 97,58% no período estudado. Já a Telefônica Brasil S.A. mostrou um comportamento crescente em seu GPRP, com um crescimento de, em média, 5,66% durante os anos estudados e, a empresa apresentou, em média, um GPRP de 90,30%. Em relação a empresa Tim Participações S.A., houve uma queda de produção de riqueza própria no ano de



2016 de 6,32%, seguido de um crescimento de mais de 13% em 2017, tendo, em média, um GPRP de 85,88%.

Quanto ao Grau de Riqueza Recebida por Transferência (GRRT), que representa o percentual de riqueza proveniente de terceiros, percebe-se que, em relação ao GPRP, este indicador possui um comportamento inverso, sendo que a empresa Algar Telecom S.A. possui os menores índices, tendo, em média, 2,42% de GRRT. Ou seja, a riqueza gerada pelas receitas financeiras, receitas de equivalência patrimonial, a receita de aluguéis e amortização e ágios apresentou menor variação nesta empresa. Já a Telefônica Brasil S.A. apresentou, em média, 9,7% de GRRT e a Tim Participações S.A., em média, 14,11%. O comportamento comparativo entre essas empresas pode ser observado na Figura 1.

**Figura 1 - Comparativo do grau de produção de riqueza própria e grau de riqueza recebida por transferência das empresas, em percentuais.**



Fonte: elaborado pelos autores.

Em relação à distribuição de riqueza agregada entre seus *stakeholders*, conforme a Tabela 2, verifica-se que, em todo o período estudado, a empresa Algar Telecom S.A. possui como maior indicador o Percentual de Distribuição de Valor Adicionado ao Governo, ou seja, em média, 39,25% da riqueza desta empresa é destinada ao Governo sob forma de tributos. Durante o período estudado, percebe-se um crescimento deste percentual, caracterizado por um aumento de sua carga tributária.

**Tabela 2 - Distribuição do Valor Adicionado, em percentuais**

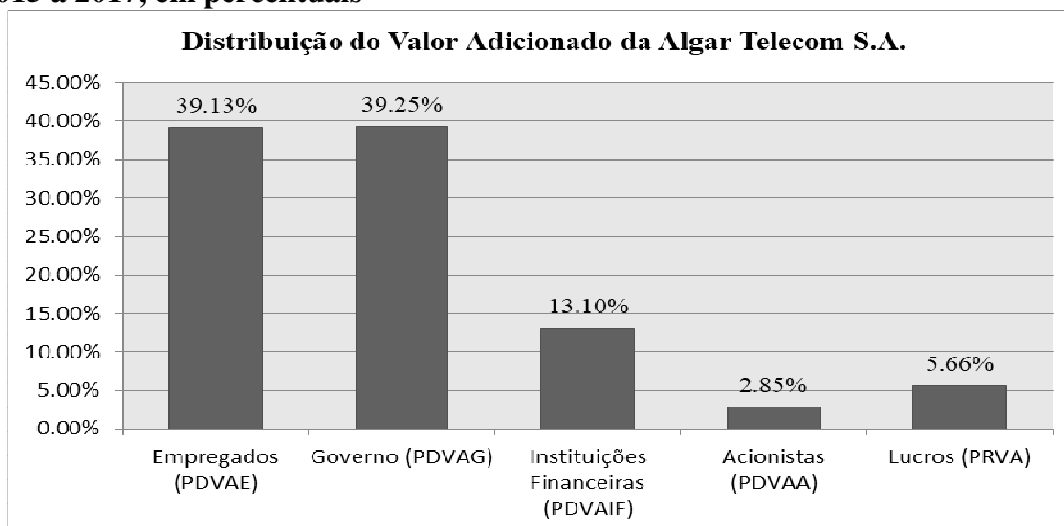
Indicador	2017			2016			2015		
	Algar Telecom S.A.	Telefônica Brasil S.A.	Tim Participações S.A.	Algar Telecom S.A.	Telefônica Brasil S.A.	Tim Participações S.A.	Algar Telecom S.A.	Telefônica Brasil S.A.	Tim Participações S.A.
<b>Empregados (PDVAE)</b>	37,31	12,48	7,27	39,60	13,34	6,59	40,49	11,43	5,95
<b>Governo (PDVAG)</b>	41,15	56,85	60,82	38,68	53,80	59,02	37,92	52,54	59,13
<b>Instituições Financeiras (PDVAIF)</b>	11,95	16,66	20,37	13,52	20,26	28,39	13,83	25,06	20,32
<b>Acionistas (PDVAA)</b>	3,20	7,35	2,47	2,81	6,70	1,18	2,54	6,47	3,28
<b>Lucros (PRVA)</b>	6,39	6,66	9,03	5,37	5,90	4,79	5,23	4,51	11,32
<b>Total</b>	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: elaborado pelos autores.

Após o Governo, o segundo maior *stakeholder* da empresa Algar Telecom S.A. é os Empregados, com um percentual de, em média, 39,13% de sua riqueza destinada a seus colaboradores em forma de remunerações e encargos, durante os anos. Também se percebe que, ao comparar a média de todos os indicadores, a Algar Telecom S.A. possui o mais alto percentual destinado aos empregados, sendo que, enquanto a Telefônica Brasil S.A. e a Tim Participações S.A. destinam sua riqueza, em média, em 12,42% e 6,60%, respectivamente, esta empresa distribui quase 40% de sua riqueza para este indicador. Porém, mesmo com esta peculiaridade, neste período, visualiza-se uma diminuição deste percentual, que pode ser caracterizado por um corte de funcionários, mudanças no regime trabalhista, entre outros.

O valor adicionado desta organização distribuído para as instituições financeiras em forma de juros, aluguéis, royalties, franquias, direitos autorais, entre outros, fica em terceiro lugar com, em média, 13,10% de riqueza. As riquezas destinadas aos lucros retidos e acionistas ficam por último com, em média, 5,66% e 2,85% desta, respectivamente. A média da distribuição da riqueza para cada *stakeholder* da empresa Algar Telecom S.A. durante o período estudado pode ser vista na Figura 2 abaixo.

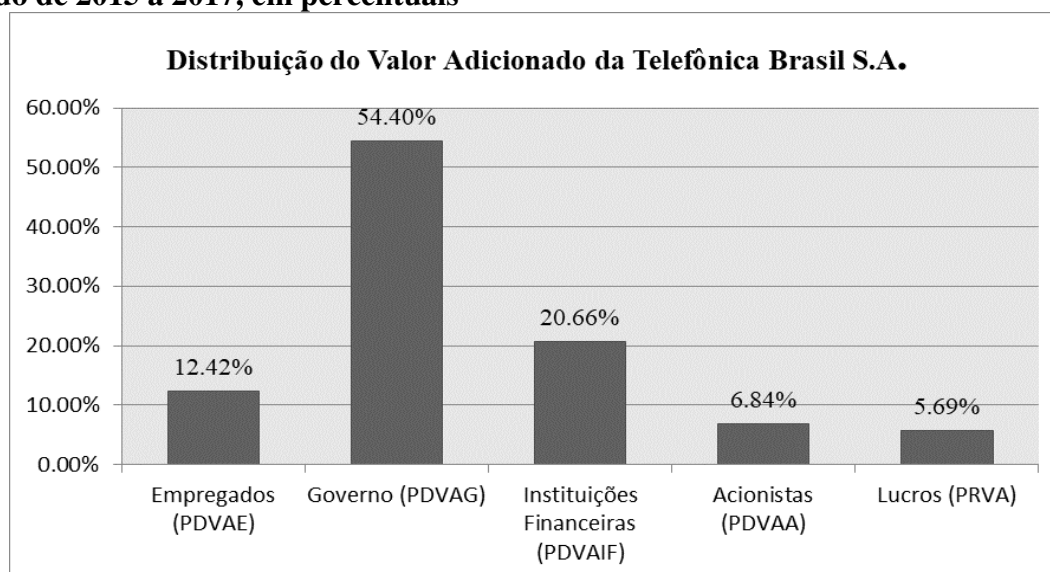
**Figura 2 - Média da distribuição do valor adicionado da Algar Telecom S.A. no período de 2015 a 2017, em percentuais**



Fonte: elaborado pelos autores.

A Telefônica Brasil S.A. também apresentou seu maior percentual de distribuição de valor adicionado para o Governo, com mais de 54%, em média, de sua riqueza destinada aos impostos, taxas e contribuições exigidos por todas as esferas do ente. A riqueza destinada à este stakeholder também tende a um comportamento crescente, como a Algar Telecom S.A.. Sua segunda maior destinação de riqueza são as Instituições Financeiras, com uma fatia de 20,66%, em média, nestes anos. Já para os Empregados, em forma de remunerações e encargos, destinou-se, em média, 12,42% de sua riqueza, apenas. Para os Acionistas, sob forma de remunerações de capital próprio, destinou-se, em média, 6,84% de sua riqueza, a maior entre as empresas estudadas, visto que a Algar Telecom S.A. e a Tim Participações S.A. destinaram apenas, em média, 2,85% e 2,31%, respectivamente. Para os lucros, destinou-se, em média, 5,69% do valor adicionado no período estudado. A Figura 3 demonstra essa distribuição durante o período analisado.

**Figura 3 - Média da distribuição do Valor Adicionado da Telefônica Brasil S.A. no período de 2015 a 2017, em percentuais**

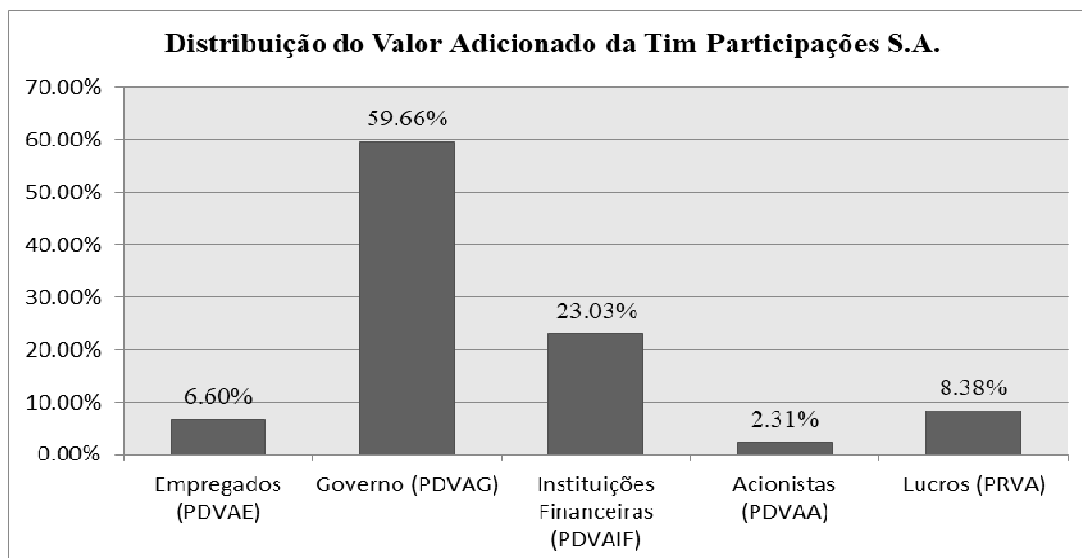


Fonte: elaborado pelos autores.

Já a Tim Participações S.A. foi a empresa que apresentou maior distribuição de valor adicionado ao Governo, tendo quase, em média, 60% de sua riqueza destinada a cobrir as obrigações exigidas pelo Governo sob forma de impostos, taxas e contribuições destinados a todas as suas esferas, durante o período estudado. As Instituições Financeiras ficaram com a segunda maior fatia do valor adicionado da empresa com, em média, 23,03%, sendo a maior entre as empresas estudadas.

Os Lucros da Tim Participações S.A. tiveram 8,38%, em média, do valor adicionado durante o período, configurando-se também a maior dentre as empresas. Visualiza-se, no período, uma queda do lucro em 2016, seguido por uma recuperação em 2017. Em relação aos Empregados, apenas 6,6% da riqueza foi destinada à eles, caracterizando a menor entre as outras organizações, sendo que a Telefônica Brasil S.A. apresentou, em média, 12,42% e a Algar Telecom S.A., em média, 39,13%. Os Acionistas, sob forma de remuneração de capital próprio ficaram com, em média, apenas 2,31% do valor adicionado da empresa durante o período de 2015 à 2017, a menor parcela dentre as empresas estudadas também. Na Figura 4 pode-se visualizar essa distribuição.

**Figura 4 - Média da distribuição do Valor Adicionado da Tim Participações S.A. no período de 2015 a 2017, em percentuais**



Fonte: elaborado pelos autores.

Em todos os anos, é possível visualizar a maior proporção para os impostos, taxas e contribuições, evidenciando uma constância da política fiscal brasileira, que é o aumento da carga tributária ano a ano. Essa participação do Governo como arrecadador neste setor está acima da representatividade da carga tributária no PIB brasileiro do ano de 2017, que foi de 32,36% (TESOURO NACIONAL, 2018), evidenciando o peso da carga tributária ao setor de telecomunicações. Estudos feitos pela Teleco (2015) comprovaram que, ao ser comparado com 17 países, o Brasil tem a maior carga tributária em serviços de telecomunicações. Também pode ser visto o crescimento dos lucros durante os anos estudados, provavelmente por uma alta dos serviços oferecidos. Em contribuição a essa afirmação, visualiza-se também uma melhora na remuneração de capital próprio nas empresas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um mercado globalizado e competitivo, algumas empresas escolhem assumir a responsabilidade de realizar não só os interesses dos acionistas, mas também de todos os outros agentes participantes do negócio, sendo assim um diferencial para vencer a concorrência. Neste sentido, instituiu-se a obrigatoriedade da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) às companhias de capital aberto, através da Lei nº 6.404/1976, demonstrando assim, a riqueza agregada da empresa bem como a distribuição desta aos seus stakeholders.

Esta pesquisa teve a intenção de analisar a produção e a distribuição de riqueza de companhias de capital aberto do setor de telecomunicações durante os anos de 2015 a 2017. Para isso, foram utilizadas as Demonstrações de Valores Adicionados das empresas identificadas como amostras durante este período. Foram confrontados os percentuais de Grau de Produção de Riqueza Própria (GPRP) e Grau de Riqueza Recebida por Transferência (GRRT) das organizações estudadas a fim de analisar o quanto de riqueza foi gerada pela própria empresa e o quanto foi recebido por terceiros em forma de resultado de equivalência patrimonial, das receitas financeiras, receita de aluguéis e de amortização e ágios.

Além disso, foi analisado como a riqueza gerada foi distribuída para os agentes da empresa ou stakeholders vistos como os Empregados, Governo, Instituições Financeiras, Acionistas e Lucros/ Prejuízos do Exercício retidos para a empresa.

Com a análise documental das Demonstrações de Valores Adicionados das empresas, percebeu-se que a empresa Algar Telecom S.A. apresentou o maior índice de Grau de Produção de Riqueza Produzida (GPRP), durante o período estudado com, em média, 97,58%, enquanto a Telefônica Brasil S.A. teve um comportamento crescente deste índice, e teve, em média, 90,30% de riqueza própria. Já a Tim Participações S.A. alcançou, em média, 85,88% de GPRP. Por apresentar um comportamento inverso ao GPRP, o Grau de Riqueza Recebida por Transferência (GRRT) das empresas possuiu a mesma variação, só que inversamente proporcional, sendo que a Algar Telecom S.A. teve o percentual mais baixo, seguido pela Telefônica Brasil S.A. e a Tim Participações S.A.

Dentre os índices que tiveram mais destaque, evidenciou-se a distribuição da riqueza agregada entre os empregados referentes a Algar Telecom S.A., tendo quase, em média, 40% de sua riqueza distribuída a eles, enquanto as outras empresas apresentaram nem 15% desta destinação.

Percebeu-se que a maior proporção de riqueza, entre todas as empresas estudadas, destinada ao Governo sob a forma de impostos, taxas e contribuições. A Tim Participações S.A. apresentou quase 60% de sua riqueza, em média, destinada a este ente. A Telefônica Brasil S.A. e a Algar Telecom S.A. apresentaram, em média, 54,40% e 39,25%, respectivamente. Percebe-se aqui a importância do setor de telecomunicações como fonte de arrecadação do Governo, visto que todas as empresas apresentaram um percentual de destinação da riqueza ao Governo bem acima da representatividade da carga tributária total sobre o PIB brasileiro. Além disso, visualizou-se um crescimento desse percentual durante os anos, caracterizando a constância da política fiscal brasileira.

As Instituições Financeiras, os Acionistas e os Lucros/Prejuízos do exercício tiveram os menores percentuais de destinação dos valores adicionados, apesar de que as Instituições Financeiras permaneceram, durante os anos, com uma destinação considerável desta riqueza.

Diante do exposto, percebeu-se que a análise da Demonstração de Valor Adicionado por meio dos indicadores sugeridos por Martins et. al. (2013) é relevante para os usuários das empresas, uma vez que se pode ter uma visão mais clara de como é originada a riqueza das empresas bem como estas as direcionam.

Como proposta para pesquisas futuras é indicada a replicação da pesquisa analisando outros anos com intervalos maiores, para identificar tendências ou ações das organizações para sua continuidade no mercado. Além disso, pode-se estender esta pesquisa para outros segmentos.

## REFERÊNCIAS

AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL). **Institucional**. Disponível em: < <http://www.anatel.gov.br/institucional/institucional-menu>>. Acesso em: 26 jul. 2018.

BRANQUINHO, A. M.; CASTRO, J. C.; SADENBERG, H. E. P. Telefonia celular móvel. In: Informe infraestrutura. Área de projetos e infraestrutura do BNDES. Nº 15, Rio de Janeiro, BNDES, 2002.

BRASIL. LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997. **Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais**. Brasília, DF, 1997. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/L9472.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9472.htm)>. Acesso em 27 jul. 2018.

CALIXTO, L. Análise da pesquisa sobre contabilidade ambiental no Brasil. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 154, p. 22-35, 2005.

COSTA, D. A. Z. Fatores que influenciam o *spread* das debêntures no Brasil. Dissertação (Mestrado Profissional) – Escola de Economia de São Paulo, FGV, São Paulo, 2009.

EVRAERT, S.; RIAHI-BELKAOUI, A. Usefulness of Value Added Reporting: a review and synthesis of the literature. **Managerial Finance**, v. 24, n. 11, 1998.

FOLLMANN, D. A.; PAIVA, K. S. E. de; SOARES, S. V. Distribuição do valor adicionado nas empresas do Novo Mercado: análise setorial da destinação da riqueza em 2008 e 2009. **Revista Reunir**, v. 1, n. 2, p. 101-117, 2015.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **O Setor de Tecnologia da Informação e Comunicação no Brasil: 2003-2006**. Rio de Janeiro, 2009.

LOPES, L. M. S.; PINHEIRO, F. M. G.; DIAS FILHO, J. M. Gerenciamento de Resultados: um estudo das empresas do setor de telecomunicações no Brasil. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 19, n. 1, p. 80-94, 2014.

LOPES, L. M. S.; PINHEIRO, F. M. G.; FILHO, J. M. D. Gerenciamento de resultados: um estudo das empresas do setor de telecomunicações no Brasil. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 19, n. 1, 2014.

MACHADO, M. A. V.; MACEDO, M. A. S.; MACHADO, M. R. Análise da Relevância do Conteúdo Informacional da DVA no Mercado Brasileiro de Capitais. **Revista Contabilidade e Finanças – USP**, v. 26, n. 67, 2015.

MARTINS, E.; GELBECKE, E. R.; SANTOS, A. dos; IUDÍCIBUS, S. de. **Manual de Contabilidade Societária** – aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARTINS, E.; MIRANDA, G.J.; DINIZ, A. **Análise Didática das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Atlas, 2014.

MONTEIRO, M. P. B.; OLIVEIRA, A. Processo de privatização e expansão das telecomunicações no Brasil. **Revista Avaliação de Políticas Públicas**, v. 3, n. 3-4, 2015.

MORCH, R.B; ALMEIDA, E.; ALMEIDA, L.B.; MARQUES, J.A.V.C. A Demonstração do Valor Adicionado como Instrumento de Análise do Impacto Tributário Para as Empresas do Setor Elétrico. **RIC – Revista de Informação Contábil**, v. 2, n. 4, p. 1-16, out-dez/2008.

MOREIRA, M. A. L.; VIEIRA, G. M. P. A Qualidade sob o ponto de vista de Marketing no setor de Telecomunicações. **REFAS-Revista FATEC Zona Sul**, v. 1, n. 3, p. 15-31, 2015.

NEVES, S.; VICECONTI, P. E. V. **Contabilidade Avançada e Análise das Demonstrações Financeiras**. 11 ed. São Paulo: Frase Editora, 2002.

NUNES, E. C.; FERREIRA, L. F.; ARAUJO, A. R. M. de. Demonstração do Valor Adicionado: Uma análise sobre a distribuição da riqueza gerada aos agentes econômicos. IN: *ENCONTRO CATARINENSE DE ESTUDANTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS*, 14. Florianópolis, 2016.

PICCOLI, M. R.; DUARTE, A. M.; LEDER, S. de S. Geração e distribuição das riquezas das empresas brasileiras: uma análise da Demonstração do Valor Adicionado. IN: *Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc Joaçaba*, v. 3, 2018.

**Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.** Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=40>>. Acesso em: 23/05/2018.

RICHARDSON, R. J. (Org.). **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

ROCHA, L. F.; ZUZA, D. V.; OLIVEIRA, V. A. de. Análise dos impactos da adoção das normas contábeis internacionais nos indicadores econômico-financeiros de empresas do setor de telecomunicações no Brasil. **RAGC**, v. 3, n. 6, 2015.

SOUZA, K. G. de; ÁVILA, L. A. C. de; TAVARES, M. Um estudo do disclosure tributário nas empresas do setor de telecomunicações. **RACEF – Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace.** v. 8, n. 1, p. 17-31, 2017.

TELECO. Preços no Mundo: BenchMarking Internacional. Disponível em <[http://www.teleco.com.br/precos\\_pais.asp](http://www.teleco.com.br/precos_pais.asp)>. Acesso em 09 de agosto de 2018.

TESOURO NACIONAL. Carga tributária bruta do Governo Geral foi de 32,36% do PIB em 2017. Disponível em <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/carga-tributaria-bruta-do-governo-geral-foi-de-32-36-do-pib-em-2017>>. Acesso em 09 de agosto de 2018.

VARGAS, S. B. de et al. Indicadores não-financeiros de avaliação de desempenho: análise de conteúdo em relatórios de administração de empresas de telecomunicações. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 11, n. 1, 2016.